

Narrativas baconianas

PABLO RUBÉN MARICONDA

O Nascimento da Ciência Moderna na Europa. Paolo Rossi. Tradução: Antonio Angonese. Edusc, 494 págs.

Paolo Rossi se propõe a apresentar o período de “160 anos que separam o “*De Revolutionibus*” de Copérnico (1543) da “*Óptica*” de Newton (1704)”, no qual se desenvolve o amplo processo histórico da chamada revolução científica que deu origem à ciência moderna.

Logo de início, Rossi assevera que a ciência moderna é “uma forma de saber que revela características estruturalmente diferentes das outras formas de cultura, conseguindo a duras penas criar suas próprias instituições e suas próprias linguagens específicas”. Na visão de Rossi, a ciência moderna é caracterizada por dois traços: 1) uma certa concepção de método, considerada, numa formulação emprestada de Galileu, como uma combinação e ligação indissolúvel entre as “experiências sensíveis” e as “demonstrações necessárias”, ao contrário do que acontecera na tradição; e 2) o caráter público da prova: “Qualquer afirmação deve ser “publicada”, isto é, ligada ao controle por parte de outros, deve ser apresentada e demonstrada a outros, discutida e submetida a eventuais contestações”.

Esse estabelecimento firme “de que a verdade das proposições não depende de modo algum da autoridade de quem as pronuncia e que não está ligada de forma nenhuma a uma revelação ou iluminação qualquer” é considerado por Rossi como uma conquista incorporada ao patrimônio cultural europeu. A ciência é entendida como uma esfera da cultura cuja principal característica estrutural é possuir um método racional crítico que, combinando a experiência e a matemática, permite a obtenção e o julgamento de provas públicas.

Diante disso, passa-se a esperar de Rossi uma narrativa histórica da emergência dessa forma particular de cultura denominada ciência, destinada a apresentar a diferença estrutural entre a ciência e as principais formas de cultura existentes nos séculos 16 e 17, como a arte e a literatura ou a religião e a política.

Todavia, a abordagem de Rossi assenta em duas teses interpretativas, cuja combinação é responsável pela falta de unidade de sua narrativa histórica.

A primeira tese é negativa e expressa a convicção “de que as teorias específicas que constituem o “cerne firme” de toda a ciência não são de modo algum o reflexo de determinadas condições histórico-sociais”. Cabe ressaltar que praticamente todos os historiadores da ciência aceitam essa tese. Entretanto Rossi age como se a admissão dessa tese justificasse a exclusão dos condicionantes sociais e políticos não só na reflexão sobre a ciência,

mas também na consideração das outras formas culturais presentes no período estudado.

A segunda tese é positiva e afirma que “a história tem muito a ver com as imagens da ciência (quer dizer, os discursos sobre aquilo que a ciência é e deve ser) que estão presentes na cultura”. A história teria, portanto, a tarefa de explicitar essas “imagens de ciência” compostas por uma definição de ciência (o que ela é) e por uma caracterização do método (o que ela deve ser). Segundo essa tese, é a imagem de ciência que é responsável pela definição das fronteiras entre as ciências particulares e, além disso, pelos critérios para distinguir a ciência da magia, da metafísica e da religião, bem como para escolher os problemas a resolver.

Ora, a combinação dessas teses conduz Rossi a transformar a história da ciência numa história das idéias assentada em uma visão idealista da cultura, segundo a qual esta última é entendida como o conjunto das representações simbólicas e significantes diante de suas condições internas de constituição, condições que supõem uma autonomia dessa esfera cultural em relação às outras presentes na cultura da época.

Entretanto, como Rossi relativiza a tese interpretativa geral concernente à estruturação interna do campo científico, admitindo os mais variados discursos epistemológicos e metodológicos – e como, além disso, afasta os condicionantes histórico-sociais –, acaba movendo-se, no terreno da história das idéias, como um baconiano no terreno da história natural. Em vez de procurar por uma compreensão histórica unitária da situação cultural complexa desse período, Rossi se contenta em apresentar esboços de aspectos culturais como comparimentos circunscritos de descrições ou reconstruções de aspectos particulares da cultura – por exemplo, técnica, magia, engenharia, academias –, sem atender às suas especificidades diante do conjunto da cultura da época. Evidentemente, o que se obtém em cada caso não é pensado em sua unidade histórica sintética – isto é, na multiplicidade de suas relações constitutivas –, mas como perspectivas culturais que parecem pertencer “a mundos culturais totalmente inconciliáveis entre si”, quando, na verdade, são respostas e articulações simbólicas a uma mesma situação histórico-social determinada.

Com isso, a história de Rossi apresenta-se como uma coleta indiscriminada de dados compartimentados que dificultam a descoberta de um nexos que os organize, criando incompatibilidades quando se passa de um compartimento a outro. São exemplos flagrantes da distorção que pode ser operada por essa perspectiva: a avaliação negativa da contribuição do humanismo para o processo civilizatório da Europa; a avaliação incorreta e bastante superficial do papel das universidades na cadeia de transmissão do conhecimento; a ausência de uma discussão do sentido e da função dos jesuítas na política educacional e cultural da Contra-Reforma; e, enfim, no plano mais amplo, a ausência de uma caracterização,

mesmo que preliminar, do barroco como resposta ampla a condições restritas de produção cultural, condições sujeitas à censura, às legislações repressivas e à intolerância religiosa.

Ainda não se cumpriu o desiderato de uma história compreensiva daquele amplo movimento sociocultural que deu nascimento à ciência moderna. Apesar de suas dificuldades, a história baconiana praticada por Rossi acaba dando sua contribuição, ao revelar aqueles pontos de tensão entre “mundos culturais inconciliáveis” que devem ser explicados pelo recurso às condições político-sociais que garantem a autonomia do campo cultural. De qualquer modo, mantém-se o desafio de uma ampla explicação histórico-social do surgimento da ciência moderna; explicação que combine a mudança no plano conceitual da estruturação interna da ciência com as mudanças culturais, políticas e sociais.

* * *